Brasil e Portugal – Há 40 anos uma Comunidade

Dário Moreira de Castro Alves(*)

Em 16 de Novembro de 1953 assinava-se no Rio de Janeiro, no tradicional Palácio Itamaraty, então sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, um acto que veio a constituir um marco nas relações entre o Brasil e Portugal – o Tratado de Amizade e Consulta. A parte portuguesa era representada pelo Embaixador António de Faria, testemunho vivo das relações entre o Brasil e Portugal nos últimos 60 anos, e o Brasil pelo Professor Vicente Rao, que já não está entre nós. Como jovem diplomata, Terceiro Secretário de Embaixada, colaborador do Professor Rao, estive presente ao acto de assinatura do histórico documento cujos 40 anos de existência ora celebramos.

O tratado culminava um longo processo negociador que, com as naturais delongas e interrupções, durou pelo menos uma dezena de anos. Da idéia de pretender que o Brasil expedisse um estatuto especial sobre os portugueses, que em tão grande número se fixaram em nosso país, evoluiu-se para concertação de um instrumento pelo qual os dois Governos assentariam as bases e "os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo". A época era ainda forte o movimento migratório português para o Brasil, movimento que declinaria e praticamente chegaria a seu termo logo no início da década dos 60. Perto de dois milhões de portugueses terão desembarcado no Brasil no período entre a Independência e os anos 60 deste século, reforçando as bases daquele relacionamento fraterno concebido sobre factores de valor perpétuo – o sangue, a língua, a cultura e o passado comum.

Denominando "povos irmãos" a nós brasileiros e a portugueses, o Tratado de 1953 dispôs à época algo de novo no plano de instrumentos internacionais: as duas Partes decidiram conceder reciprocamente aos nacionais da outra Parte "tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas

---

(*) Embaixador aposentado residente em Lisboa, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa. Sócio correspondente do Instituto do Ceará.

comercial, económica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais". Em nove tersos artigos foram lançadas as bases da Comunidade Luso-Brasileira, com essa designação duas vezes referida. Especialmente mencione-se o artigo quinto: "permissão de livre entrada, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública".

O jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, ao louvar a atuação do Embaixador António de Faria, do Ministro Vicente Rao e do Embaixador João Neves da Fontoura que a este precedera na direção do Itamaraty, concitava o Congresso a aprovar medidas para complementar o perfeito cumprimento do tratado, do qual disse que "consagrava princípios de há muito incorporados aos sentimentos dos dois povos". Uma rodada de entrevistas com altas personalidades brasileiras e portuguesas de então mostrava a unanimidade quanto à extraordinária significação do novo tratado. "Não há mais diferença de tratamento entre os dois povos irmãos" – é o título da notícia de primeira página e a essência mesma dos comentários de quantos eram consultados. Naquela época, no Brasil residiam centenas e centenas de milhares de portugueses, à escala de milhão. Em Portugal, eram poucos os brasileiros residentes. Nos nossos dias, são os brasileiros que voltam as vistas para Portugal, não nas mesmas proporções, mas de forma sem precedentes na história de Brasil e Portugal.

O Tratado de Amizade e Consulta resistiu, oito anos depois de assinado, a uma investida do Presidente Jânio Quadros para torná-lo sem efeito. Muito pertinente é assinalar que 33 anos depois de assinado o tratado, Portugal se integrou às Comunidades Européias, fonte de compromissos de vastíssima abrangência, inclusivamente no campo da circulação de pessoas, tudo o que levou ao estágio atual de integração a União Européia, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1º deste mês. Os acontecimentos recentes nas relações entre Brasil e Portugal, os novos movimentos migratórios do Terceiro Mundo em busca da Europa, a derrubada das barreiras políticas e ideológicas que por si impediam as deslocações de emigrantes potenciais para o Ocidente, o desenvolvimento e a prosperidade da "Fortaleza Europa" – todos es-

ses elementos apontam para a pintura de um cenário bem diverso daquele que imperava em 1953, no âmbito das relações Brasil-Portugal. Diversidade essa que deve ser considerada como poderoso desafio para quantos hoje, num e noutro lado do oceano, identificam, percebem e reconhecem como intangíveis, essenciais, permanentes aqueles valores a que acima nos referimos e sobre que repousam nossas relações, que queremos continuem a ser especiais. Será a partir da consideração daqueles valores que devemos recriar condicões que assegurem a excelência das nossas relações em novo quadro, em novas contingências, em outras circunstâncias. Não se trata apenas de que mais brasileiros queiram hoje com sua presença e sua capacidade colaborar para o maior desenvolvimento de Portugal. São também capitais e tecnologias do Brasil que em montantes já muito apreciáveis buscam instalar-se em Portugal, tendo em vista sua integração no maior mercado comunitário do mundo. São fluxos de comércio e de participação empresarial que se impõem. São também idéias de preservar e prestigiar os inarredáveis e permanentes laços e a vertente atlântica de Portugal através da valorização da língua e da cultura comum que aponta para a formação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Como o tem sustentado com firmeza e lucidez o Embaixador Aparecido de Oliveira, a formação de grandes entidades económicas regionais não exclui a participação em movimentos associativos internacionais criados em torno de valores culturais e históricos comuns postos a serviço de outros objetivos políticos e sócio-económicos conciliáveis por negociação. Esse é o grande desafio das gerações brasileiras e portuguesas de hoje.